

INTRODUÇÃO	33
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A IMPORTÂNCIA DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL E DA PARTICIPAÇÃO DO ACUSADO NA RECONSTRUÇÃO DO FATO	51
1.1 A função da teoria geral do processo no estudo da prova.....	51
1.1.1 O conceito de “prova” e sua função no processo penal.....	60
1.1.2 A busca da “verdade real” e sua compatibilidade com a ampla defesa.....	73
1.1.3 Os meios de prova e a participação da defesa em sua produção.....	82
1.2 A controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da divisão do ônus probatório.....	87
1.2.1 A reforma probatória realizada pela Lei n. 11.690/08: nenhum benefício ao direito de defesa.....	102
1.2.2 O ônus de comprovação dos elementos do crime.....	107
1.2.3 A comprovação do elemento subjetivo.....	114
1.3 A experiência estrangeira na divisão do ônus probatório.....	116
1.3.1 A teoria da carga dinâmica da prova defensiva.....	124
1.4 A releitura da repartição do ônus da prova a partir das garantias constitucionais e supralegais.....	129

CAPÍTULO 2

A RACIONALIZAÇÃO DOS LITÍGIOS E A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PROBATÓRIOS PRÉVIOS: UM OLHAR PARA O DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	133
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

2.1	Os meios de prova no Direito Processual Civil e os custos das demandas: como as ondas renovatórias do acesso à justiça podem servir de norte ao processo penal?.....	133
2.1.1	A primeira onda renovatória e a assistência jurídica: municiando as partes com aptidão técnica para a defesa de seus interesses e produção probatória	136
2.1.2	A segunda onda renovatória e a tutela coletiva: a defesa de interesses do grupo e o exercício da atividade probatória...	145
2.2	A atividade pericial no Direito Processual: um exemplo dos custos da demanda como obstáculo ao acesso à justiça e de como a prova pericial deve ser produzida	149
2.3	A produção probatória prévia e o procedimento bifásico.....	159
2.3.1	O inquérito civil na tutela coletiva	164
2.3.2	Os procedimentos probatórios extrajudiciais: uma leitura das posições doutrinárias.....	169
2.4	Em que pontos a experiência probatória do processo civil podem nortear o processo penal	172

CAPÍTULO 3

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO DIREITO COMPARADO

3.1	O sistema processual penal italiano.....	175
3.1.1	As garantias processuais.....	182
3.1.2	A assistência jurídica na Itália	196
3.1.3	A <i>Investigazione Difensiva</i> da Lei 397, de 7 de dezembro de 2000.....	214
3.1.3.1	A gênese da investigação defensiva no direito italiano	215
3.1.3.2	A caminhada rumo a uma regulamentação mais sólida da investigação defensiva.....	224
3.1.3.3	A resistência italiana à investigação defensiva	227
3.1.3.4	A constituição do vínculo para a realização da investigação defensiva e os integrantes da equipe investigativa.....	231
3.1.3.5	A natureza da atividade investigativa defensiva	233

3.1.3.6	O modo de realização da <i>indagine difensiva</i>	238
3.1.3.7	A documentação da investigação defensiva (<i>fascicolo del difensore</i>)	244
3.1.3.8	Dos aspectos éticos da investigação defensiva italiana.....	247
3.1.3.9	As regras de utilização da investigação defensiva....	252
3.1.3.10	Das formas atípicas de introdução do conteúdo da investigação defensiva.....	254
3.1.3.11	Da tipificação dos atos que envolvem a investigação defensiva.....	257
3.1.3.12	Da qualidade de testemunhas dos integrantes da equipe de investigação defensiva	259
3.1.3.13	O regime de nulidades na investigação defensiva....	260
3.1.3.14	Os interessados no desenvolvimento da investigação defensiva.....	261
3.1.3.15	Da publicidade da investigação defensiva.....	262
3.1.3.16	Do suporte judicial ao desenvolvimento da investigação defensiva	264
3.1.3.17	Da obtenção de informações em poder da administração pública.....	267
3.1.3.18	Do acesso ao local do crime e sua importância para a investigação defensiva	269
3.1.3.19	Dos atos irrepetíveis realizados durante a investigação defensiva.....	273
3.1.3.20	As limitações investigativas oponíveis à defesa pelo Ministério Público	275
3.1.3.21	A investigação defensiva como fiel da balança de paridade de armas.....	276
3.2	O sistema processual penal norte-americano.....	279
3.2.1	As garantias processuais.....	285
3.2.2	A consensualidade no sistema jurídico norte-americano....	290
3.2.2.1	A necessária participação da defesa técnica na negociação da persecução	293
3.2.3	O rito procedimental.....	300

3.2.4	A atuação da defesa durante a fase de investigação: <i>the duty to disclosure e a Discovery</i>	307
3.2.5	A assistência jurídica norte-americana: entre avanços e retrocessos.....	329
3.2.6	A morfologia da investigação criminal defensiva norte-americana.....	341
3.2.6.1	O dever de realizar investigações independente da condição jurídica da defesa do acusado	343
3.2.6.2	Vedação ao emprego de meios ilícitos ou antiéticos	346
3.2.6.3	A atividade investigativa e a identificação de testemunhas	347
3.2.6.4	A utilização das testemunhas especialistas (<i>expert witnesses</i>)	350
3.2.6.5	Regras de <i>compliance</i> na investigação defensiva ..	352
3.2.6.6	Manuseio de objetos no curso da investigação defensiva	353
3.2.6.7	Atuação em procedimentos perante a corte.....	358
3.2.6.8	Dever de transparência entre defensor e defendido.....	360
3.2.6.9	Condução da defesa	362
3.3	Os modelos da América Latina	366
3.3.1	A investigação defensiva na Colômbia	372
3.3.1.1	O sistema processual penal colombiano.....	373
3.3.1.2	A assistência jurídica na Colômbia	376
3.3.2	A investigação defensiva na Argentina.....	383
3.3.2.1	O sistema processual argentino	384
3.3.2.2	A assistência jurídica na Argentina.....	387
3.3.3	A investigação defensiva no Peru	391
3.3.3.1	O sistema processual peruano	392
3.3.3.2	A assistência jurídica no Peru	392
3.3.4	A investigação defensiva na Guatemala.....	396
3.3.4.1	O sistema processual guatemalteco	397

3.3.4.2	A assistência jurídica na Guatemala.....	399
3.3.5	A investigação defensiva na Costa Rica	402
3.3.5.1	A assistência jurídica na Costa Rica	403
3.3.6	A investigação defensiva no Chile	405
3.3.6.1	O sistema processual chileno	405
3.3.6.2	A assistência jurídica no Chile	407
3.3.7	A (ausência de) investigação defensiva no México.....	409

CAPÍTULO 4

	OS DIVERSOS GÊNEROS DE INVESTIGAÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	411
4.1	A investigação criminal: a necessidade de enxergá-la como um gênero.....	411
4.1.1	A investigação direta realizada pelo Ministério Público	426
4.1.1.1	O “duty to disclosure” na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	435
4.1.2	A presidência do inquérito policial e sua função de polícia judiciária no ordenamento jurídico.....	439
4.2	A investigação conduzida pelo ofendido	448
4.3	A apuração desenvolvida em procedimentos administrativos sancionadores (Comissões Parlamentares de Inquérito, CADE, Receita Federal, Banco Central e INSS).....	455
4.4	A nova lei do investigador particular: um avanço no tema ou mera coincidência legislativa?.....	457
4.5	A duração da investigação criminal e os tempos processuais entre acusação e defesa.....	462

CAPÍTULO 5

	DESVENDANDO A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO BRASIL: O QUE PODE SER FEITO E O QUE DEPENDE DE ADAPTAÇÃO NORMATIVA	475
5.1	A ampla defesa e o contraditório no Processo Penal – a importância da preparação probatória como aspecto da influência.....	475

5.2	A investigação criminal defensiva: o grande potencial do sistema jurídico brasileiro	487
5.3	A dificuldade do réu hipossuficiente preso em subsidiar elementos para sua defesa técnica e o papel da Defensoria Pública na atividade de investigação.....	494
5.3.1	A Defensoria Pública como órgão de suporte defensivo – Evitando as adjetivações e focando no apoio aos indiciados e acusados patrocinados por advogados – O papel de defesa de vulneráveis	500
5.3.1.1	Órgãos de inteligência no âmbito da Defensoria Pública.....	519
5.3.1.2	A regulamentação da investigação defensiva nas Defensorias Públicas	521
5.3.2	A defesa técnica obrigatória estabelecida pelo art. 14-A do CPP – um estímulo à antecipação da atuação defensiva	522
5.3.3	A teoria da perda de uma chance probatória no processo penal e sua relação com a investigação criminal direta pela defesa	524
5.4	A Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública como órgãos de fomento e regulação da atividade investigativa defensiva: edição das normas administrativas pertinentes	526
5.4.1	O Código Deontológico da ABRACRIM e as Diretrizes do Conselho Nacional de Corregedores Gerais das Defensorias Públicas.....	529
5.5	Teorizando uma investigação criminal defensiva no Brasil.....	534
5.5.1	O momento da investigação defensiva	543
5.5.2	O modo de se realizar a investigação defensiva	546
5.5.3	O objetivo da investigação defensiva.....	549
5.5.4	O método da investigação defensiva	554
5.5.5	As garantias de quem participa ou intervém na investigação defensiva	557
5.5.6	A publicidade da investigação defensiva.....	559
5.5.7	A natureza da relação entre investigador e interessado na investigação defensiva.....	560
5.5.8	A possibilidade de controle, amparo e intervenção judicial na investigação defensiva.....	562

5.5.9	O regime disciplinar aplicado à investigação defensiva.....	563
5.5.10	A investigação direta pela defesa em procedimentos para apuração de atos infracionais	565
5.6	Atos passíveis de realização por meio da investigação defensiva	570
5.6.1	Colheita e registro de depoimentos.....	571
5.6.2	Requisição de documentos e informações.....	582
5.6.3	Exames e contraprova pericial.....	586
5.6.3.1	A observância da cadeia de custódia – necessidade de apoio técnico especializado.	595
5.6.4	Exame de local	597
5.6.5	Depoimento de especialistas e apoio de equipes multidisciplinares	600
5.6.6	Acesso aos bancos de dados públicos	603
5.6.7	Acesso às informações pessoais do imputado	606
5.6.8	Coleta de dados pessoais da vítima e de seu comportamento em espaços públicos	609
5.6.9	As novas tecnologias decorrentes da pandemia (covid-19) e sua relação com a investigação defensiva.....	610
5.6.10	O procedimento de produção antecipada de provas na investigação defensiva	618
5.7	Proposições legislativas de fortalecimento da atuação defensiva – a necessária ética e sigilo na condução da investigação criminal defensiva – o papel do defensor/advogado na arrecadação de elementos	620
5.8	Instrumentos processuais de diálogo no Processo Penal: a figura dos acordos processuais e a necessidade de compatibilização com a investigação defensiva	628
5.9	O valor da investigação defensiva na relação processual e a eventual ilicitude de seu conteúdo.....	644
5.10	A necessária reformulação do Código de Processo Penal	654
5.10.1	A regulamentação no texto do projeto do novo Código de Processo Penal.....	660
5.11	A utilização de <i>standards</i> de prova e sua relação com a investigação defensiva.....	668

5.11.1 A natureza dos <i>standards</i> no sistema jurídico norte-americano	677
5.12 A problemática comum ao processo civil e ao processo penal na aplicação dos <i>Standards</i>	682
5.13 A contribuição da investigação defensiva na aplicação de <i>Standards</i> e na persuasão para a construção da decisão judicial.....	689
5.14 O enfrentamento da jurisprudência em torno da investigação criminal direta pela defesa	696
5.14.1 O equívoco na compreensão da prova nova pela jurisprudência na condução da investigação defensiva	702
CONCLUSÕES	705
REFERÊNCIAS	709
APÊNDICE A – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E NAS LEIS FEDERAIS PERTINENTES	735
APÊNDICE B – PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA EDITADO PELA OAB.....	751
APÊNDICE C – PROPOSTA DE EDIÇÃO DE NORMA REGULAMENTADORA DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA NO ÂMBITO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS.....	759
APÊNDICE D – MODELOS DE DOCUMENTAÇÃO DE ATOS DE INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA	763